

Grupo Faro Energy

Demonstrações contábeis combinadas acompanhadas do relatório do auditor independente nº 23BLA-035-PB

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas	3
Demonstrações contábeis combinadas	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis combinadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do
Grupo Faro Energy
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Faro Energy (formado pelas empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 1 – “Grupo” ou “Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras combinadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os desempenhos combinados de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 12, o Grupo possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações contábeis combinadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis combinadas, que descreve a base contábil de elaboração dessas demonstrações contábeis combinadas. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas às atividades do Grupo Faro Energy, independentemente da disposição de sua estrutura societária, considerando-se a apresentação do grupo formado por entidades sob controle comum (“Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.” “Faro Energy Projetos Solares II Ltda.” e “Faro Energy Projetos Solares III Ltda.”), conservando-se, todavia, as operações históricas efetivamente ocorridas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros, sua administração e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos e de impostos nem para nenhuma outra finalidade societária. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Imobilizado (Nota Explicativa nº 14)

O Grupo Faro Energy está em processo de desenvolvimento das usinas fotovoltaicas por meio de suas investidas e/ou “SPEs” no Brasil. Devido ao número de contratos envolvidos e a relevância desse investimento, esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- exame, através de amostragem, das principais adições de ativo imobilizado ocorridas durante o exercício e ocorridas em exercícios/saldos iniciais;
- análise da conciliação e respectivos registros auxiliares disponibilizados pelo Grupo Faro Energy e realização de testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores registrados e respectivas divulgações;
- avaliação dos controles internos relevantes sobre a análise das premissas utilizadas que envolvem as vidas úteis dos ativos imobilizados;
- recálculo das despesas de depreciação e amortização; e
- análise da existência de estudos sobre análise de redução ao valor recuperável e respectivas divulgações, caso aplicável.

Através dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, que suportaram nossos testes, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado (e respectivas divulgações) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Direito de uso (Nota Explicativa nº 13)

O pronunciamento técnico NBC TG 06 (R2) – Arrendamentos introduziu requerimentos contábeis relevantes para a mensuração e registro do direito de uso de um ativo e passivo de arrendamento, bem como para a sua divulgação. O Grupo Faro Energy mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de terrenos para instalação das usinas fotovoltaicas no Brasil. Devido à complexidade das estimativas e julgamentos envolvidos na determinação do registro das operações de arrendamento, ao número de contratos envolvidos e a relevância das divulgações, esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise do processo utilizado pelo Grupo Faro Energy para captura das informações necessárias para avaliação, mensuração, registro e divulgação dos impactos do citado pronunciamento técnico;
- avaliação das premissas utilizadas, pela administração, na determinação das taxas de desconto e análise de sensibilidade sobre o modelo adotado pelo Grupo Faro Energy;
- avaliação dos julgamentos adotados pela administração do Grupo Faro Energy para as demais premissas utilizadas para adoção e divulgação dos impactos do citado pronunciamento técnico (como estimativa do prazo de arrendamento e determinação dos respectivos valores contratuais para cálculo do direito de uso e passivo de arrendamento); e
- análise da conciliação e respectivos registros auxiliares disponibilizados pelo Grupo Faro Energy e realização de testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores registrados e respectivas divulgações.

Através dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, que suportaram nossos testes, consideramos que a estimativa e mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento (e respectivas divulgações) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anteriores

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial combinado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2021) não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração do Grupo, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis combinadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração do Grupo Faro Energy é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Faro Energy;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Faro Energy. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Faro Energy a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grupo Faro Energy

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	50.005	29.949
Contas a receber de clientes	8	5.704	2.433
Impostos a recuperar	9	11.239	9.392
Despesas antecipadas	10	3.558	2.733
Adiantamento a fornecedores	11	3.359	1.362
Partes relacionadas	12	327	-
Total do ativo circulante		74.192	45.869
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas	10	533	1.340
Outros ativos	-	10	-
Partes relacionadas	12	-	52.838
Direito de uso	13.1	26.483	7.704
Imobilizado líquido	14	289.357	121.213
Total do ativo não circulante		316.383	183.095
Total do ativo		390.575	228.964

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Faro Energy

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	111.239	-
Fornecedores	-	3.095	2.277
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	308	341
Outras contas a pagar	-	556	70
Partes relacionadas	12	50	86.261
Passivo de arrendamento	13.2	324	52
Total do passivo circulante		115.572	89.001
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	61.152	111.097
Partes relacionadas	12	155.936	-
Outras contas a pagar	-	45	-
Passivo de arrendamento	13.2	27.193	7.900
Total do passivo não circulante		244.326	118.997
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	108.658	36.203
Prejuízos acumulados	17.2	(77.978)	(14.228)
Ajuste de avaliação patrimonial	17.4	-	(1.009)
Total do patrimônio líquido		30.680	20.966
Participação de não controladores	-	(3)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		390.575	228.964

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Faro Energy

Demonstração do resultado combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida de vendas	18	30.075	16.144
Custo dos serviços e produtos vendidos	19	(19.056)	(10.147)
Lucro bruto		<u>11.019</u>	<u>5.997</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.934)	(2.499)
Despesas tributárias	-	(428)	(562)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	62	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>8.719</u>	<u>2.936</u>
Receitas financeiras	21	3.010	1.422
Despesas financeiras	21	(25.972)	(14.971)
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(22.962)</u>	<u>(13.549)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(14.243)</u>	<u>(10.613)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	(441)	(88)
Resultado do exercício		<u>(14.684)</u>	<u>(10.701)</u>
(Prejuízo) do exercício por ação (em R\$)	17.4	(7,3149)	(2,7522)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Faro Energy
Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do exercício	(14.684)	(10.701)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(14.684)</u>	<u>(10.701)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Faro Energy

Demonstração das mutações do patrimônio separado combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Capital social			Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
	Subscrito	A integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.870	(100)	(1.009)	(3.527)	16.234	-	16.234
Aumento de capital através de transações com acionistas (HoldCo I)	2.306	-	-	-	2.306	-	2.306
Constituição em 23 de abril (HoldCo II)	1	-	-	-	1	-	1
Aumento de capital social (HoldCo II)	13.126	-	-	-	13.126	-	13.126
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.701)	(10.701)	-	(10.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.303	(100)	(1.009)	(14.228)	20.966	-	20.966
Prejuízo do exercício (Holdco I)	-	-	-	(13.155)	(13.155)	-	(13.155)
Transações entre acionistas (HoldCo I)	-	-	1.009	(1.186)	(177)	-	(177)
Prejuízo do exercício (Holdco II)	-	-	-	(806)	(806)	-	(806)
Transações entre acionistas (HoldCo II)	-	-	-	(45.988)	(45.988)	-	(45.988)
Aumento de capital social (HoldCo II)	72.454	-	-	-	72.454	-	72.454
Constituição em 23 de abril (HoldCo III)	1	-	-	-	1	-	1
Prejuízo do exercício (Holdco III)	-	-	-	(721)	(721)	(3)	(724)
Transações entre acionistas (HoldCo III)	-	-	-	(1.894)	(1.894)	-	(1.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	108.758	(100)	-	(77.978)	30.680	(3)	30.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Faro Energy

Demonstração do fluxo de caixa combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-	(14.243)	(10.613)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	-	13.317	8.269
Amortização de arrendamento	13.1	792	281
Juros ativos e passivos	-	19.687	18.949
Juros de arrendamento	13.2	1.694	617
Baixa de imobilizado	-	457	4.578
		21.704	22.081
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes	-	(3.271)	(1.819)
Impostos a recuperar	-	(1.901)	(5.373)
Despesas antecipadas	-	(19)	(4.053)
Adiantamento a fornecedores	-	(1.997)	51.851
Outros ativos	-	(5)	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores	-	823	2.142
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	(419)	182
Outras contas a pagar	-	521	70
Caixa gerado pelas operações		15.436	65.081
Juros pagos	-	(16.864)	-
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(1.428)	65.081
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	-	(182.086)	(87.391)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(182.086)	(87.391)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	-	1	15.433
Partes relacionadas	-	223.420	17.479
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.198
Pagamento de arrendamento	13.2	(150)	(650)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		223.271	35.460
Aumento (redução) líquido de caixa		<u>38.203</u>	<u>13.150</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	11.802	16.799
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	50.005	29.949
Aumento (redução) líquido de caixa		<u>38.203</u>	<u>13.150</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Faro Energy

Demonstração dos valores adicionados combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	33.322	17.831
Outras receitas	62	-
	<u>33.384</u>	<u>17.831</u>
Insumo adquiridos de terceiros		
Custo venda de produtos e serviços.	(5.354)	(1.597)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.362)	(3.061)
	<u>(7.716)</u>	<u>(4.658)</u>
Valor adicional bruto	25.668	13.173
Depreciação e amortização	(13.702)	(8.550)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	11.966	4.623
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.078	1.480
Valor adicionado total a distribuir	16.044	6.103
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	4.756	1.833
Remuneração de capitais de terceiros	25.972	14.971
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(14.684)	(10.701)
Valor adicionado distribuído	<u>16.044</u>	<u>6.103</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Objetivo das demonstrações contábeis combinadas

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Faro Energy (“Grupo”), compreendem a combinação das seguintes empresas: Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. (“Holdco I” ou “Companhia”), Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda. (“Holdco II” ou “Companhia”) e Faro Energy Projetos Solares Holding III Ltda. (“Holdco III” ou “Companhia”).

Estas demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de ilustrar o resultado do Grupo se este estivesse com todos os negócios de desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012 consolidados no Grupo.

O propósito destas demonstrações financeiras é propiciar ao leitor melhor entendimento sobre os resultados, situação patrimonial e fluxos de caixa das operações do Grupo.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

2. Contexto operacional

As atividades do Grupo Faro Energy (“Grupo”) compreendem as seguintes operações:

Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

A Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. foi constituída em 03 de julho de 2019 e possui sua sede em São Paulo. A Holdco I tem em seu modelo de negócio o desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012, e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco I que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

A Companhia faz parte de grupo econômico que realizou operação de reorganização societária interna, através da qual a Empresa teve o seu controle alterado em 07 de setembro de 2022, passando a ser uma empresa integralmente detida pela Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP), através da cessão da integralidade das ações detidas pelo Faro Energy Fundo de Investimento Em Participações – Multiestratégia, sócio/acionista majoritário da Companhia, representadas por 23.175.760 (vinte e três milhões e cento e setenta e cinco mil e setecentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para a FERP, pelo valor de R\$ 55.444.354,55 (cinquenta e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), passando a sociedade a ser acionista da Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.

A Companhia exerce o controle das seguintes sociedades de propósito específico (“Investidas” ou “SPE´s”) conforme quadro a seguir:

Sociedades	% Participação direta	
	2022	2021
Alto do Pajeú Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Ponta da Pedra Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Pedra do Sal Locação de Máquinas e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Cabo Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Riacho Fundo Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Monte Alto Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Ponta do Céu Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999
Canabrava Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Oiticica Locação e Soluções em Energia Ltda.	99,9999	99,9999
Faro Rio do Fogo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9999	99,9999

Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda.

A Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda., foi constituída em 23 de abril de 2021, com sede em São Paulo e tem em seu modelo de negócio o investimento em projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL 482/2012, e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco II que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

A Empresa faz parte de grupo econômico que realizou operação de reorganização societária interna, através da qual a Empresa teve o seu controle alterado em 07 de setembro de 2022, passando a ser uma empresa integralmente detida pela Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP), através da cessão da integralidade das ações detidas pelo Faro Energy Fundo de Investimento Em Participações – Multiestratégia, sócio/acionista majoritário da Empresa, representadas por 13.125.775 (treze milhões e cento e vinte e cinco mil e setecentos e setenta e cinco) quotas, para a FERP, pelo valor de R\$ 41.299.323,31 (quarenta e um milhões duzentos e noventa e nove mil trezentos e vinte e três reais e trinta e um centavos).

A Companhia exerce o controle das seguintes sociedades de propósito específico (“Investidas” ou “SPEs”) conforme quadro a seguir:

Sociedades	% Participação direta	
	2022	2021
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,99	-
Morro Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ii)	99,99	-
Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ii)	99,99	-
Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ii)	99,99	-
Faro Itaquí Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,99	-
Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,99	-
Faro Santa Cruz Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,99	-
Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ii)	99,99	-
Faro Energy Participações Ltda. (iii)	100,00	-
Faro Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (iv)	99,99	-
Faro Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (iv)	99,99	-

- (i)** Em 10 de fevereiro de 2022, a Empresa adquiriu participação societária nas empresas Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Faro Itaquí Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Faro Santa Cruz Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., que estavam sob controle do Faro Energy Fundo de Investimento Em Participações – Multiestratégia. com exceção da empresa Itaquí que foi adquirida da empresa Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.;
- (ii)** Em 29 de abril de 2022, a Empresa adquiriu participação societária nas empresas: Morro Branco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. que estavam sob controle do Faro Energy Fundo de Investimento Em Participações – Multiestratégia;
- (iii)** Em 05 de agosto de 2022, a empresa adquiriu participação societária na empresa Faro Energy Participações Ltda. que estava sob controle do Faro Energy Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia; e
- (iv)** Em 19 de setembro de 2022, a empresa adquiriu participação societária nas empresas Faro Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. e Faro Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. que estavam sob controle do Faro Energy Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.

Faro Energy Projetos Solares Holding III Ltda.

A Faro Energy Projetos Solares Holding III Ltda. foi constituída em 26 de maio de 2022, com sede em São Paulo, e tem em seu modelo de negócio o investimento em projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012, e, nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco III que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

A Companhia faz parte de grupo econômico que realizou operação de reorganização societária interna, através da qual a Companhia teve o seu controle alterado em 07 de setembro de 2022, passando a ser uma Companhia integralmente detida pela Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP), através da cessão da integralidade das ações detidas pelo Faro Energy Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, sócio/acionista majoritário da Companhia, representadas por 999 (novecentas e noventa e nove) quotas, para FERP, pelo valor de R\$ 26.015.937,56 (vinte e seis milhões, quinze mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

A Companhia exerce o controle das seguintes sociedades de propósito específico (“Investidas” ou “SPE´s”) conforme quadro a seguir:

Sociedades	% Participação direta	
	2022	2021
Faro Bom Abrigo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,999995	-
Ilha Das Palmas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,999977	-
Faro Paranoá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (i)	99,999967	-
Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ii)	99,999984	-
Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ii)	99,999982	-
Faro Paquetá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (iii)	99,999988	-
Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (iv)	99,999977	-
Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (v)	99,999956	-
Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (vi)	100	-
Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (vii)	99,999985	-
Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (viii)	99,999984	-
Faro Nazaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. (ix)	99,999995	-

- (i)** Em 15 de agosto de 2022, a Companhia adquiriu a participação societária da Faro Bom Abrigo Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., Ilha Das Palmas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. e Faro Paranoá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., que estavam sob o controle direto da Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda.;
- (ii)** Em 26 de junho de 2022, a Companhia adquiriu a participação societária da Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda. e Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda., que estavam sob o controle direto da Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda.;
- (iii)** Em 23 de setembro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Paquetá Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.;
- (iv)** Em 05 de outubro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.;
- (v)** Em 27 de setembro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.;
- (vi)** Em 20 de outubro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.;
- (vii)** Em 14 de outubro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.;
- (viii)** Em 13 de outubro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.; e
- (ix)** Em 01 de novembro de 2022, foi constituída a Companhia Faro Nazaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.

2.1. Situação financeira e planos da Administração

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 41.380 (negativo em R\$ 43.080 em 31 de dezembro de 2021) visto que parte substancial dos passivos circulantes se referem às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da locação de equipamento e geração de energia solar sejam suficientes para liquidar as obrigações de curto prazo do Grupo.

O Grupo mantém empréstimos com seus acionistas. Os empréstimos *intercompany* foram firmados como modo primário de financiamento dos empreendimentos/ativos e poderão, se necessário, serem convertidos em investimento direto mediante a emissão de novas ações com conversão dos empréstimos em capital social.

3. Base de apresentação e elaboração das informações contábeis combinadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis combinadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Faro Energy, que são de responsabilidade da Administração do Grupo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. As demonstrações contábeis combinadas estão apresentadas para fornecimento de análises adicionais sobre as operações do Grupo Faro Energy, e não representam as demonstrações contábeis individuais da “Faro Energy Projetos Solares Holding S.A.”, Faro Energy Projetos Solares II Ltda.” e “Faro Energy Projetos Solares III Ltda.”, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários.

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das demonstrações contábeis de cada empresa participante da combinação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas; e
- Eliminação das transações Inter companhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor (“*impairment*”) do ativo transferido.

As demonstrações contábeis combinadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação da Diretoria da Companhia, em 21 de novembro de 2023.

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 44 – “Demonstrações Combinadas”. Os exercícios sociais das empresas incluídas na combinação são coincidentes e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme. Essas demonstrações contábeis combinadas consolidadas foram preparadas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico é baseado nas contraprestações pagas em troca de ativos e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Já o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emitidas na Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A preparação das demonstrações requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração do Grupo. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

3.2. Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA)

De acordo com o CPC 26 R1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pelos totais do resultado do período e outros resultados abrangentes.

3.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) é apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis que a Companhia deve divulgar. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a qual é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa do Grupo compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

4.2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

O Grupo efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do Ajuste a Valor Presente (“AVP”) não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados ajustes correspondentes.

4.3. Instrumentos financeiros

4.3.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.3.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. Todos os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

A depreciação dos itens ligados às usinas de energia é calculada utilizando a taxa de 10% ao ano.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.5. Direito de uso e passivos de arrendamento

Durante 2021, o Grupo adotou o CPC 06 (R2) Arrendamentos, que substituiu as regras de leasing existentes por uma medição abrangente de leasing e padrão de reconhecimento e requisitos de divulgação expandidos. O CPC 06 (R2) exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais como passivos, com os correspondentes ativos de "direito de uso". Para fins de reconhecimento da demonstração do resultado, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro ou operacional sem depender de testes de linha brilhante.

O Grupo avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo arrenda os terrenos para instalação de seus equipamentos fotovoltaicos e tais alugueis são negociados individualmente e possuem diversos termos e condições. Como arrendatária, o Grupo, ao determinar o prazo exequível do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criem um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou criem desestímulos econômicos para não exercer a opção de rescisão antecipada.

Ativos de direito de uso

Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do bem e um correspondente passivo na data em que o bem arrendado se torna disponível para o Grupo. O direito de usar o ativo é mensurado ao custo que consiste em:

- Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendamento reflete que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada com base na duração do contrato.

Passivo de arrendamento

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa incremental de empréstimos do Grupo.

O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando quaisquer incentivos recebidos;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;
- Valores esperados a pagar ao arrendador pelo valor residual garantido;
- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exercerá tal opção; e
- Pagamentos de penalidades por rescisão do arrendamento se os termos contratuais refletirem a opção de exercício do arrendatário.

A taxa incremental considerada pelo Grupo foi de 8% ao ano, tendo sido determinada com base na taxa de retorno preferencial dos acionistas, a partir da reorganização societária, documentada em ata de alteração do contrato de sociedade.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) estão refletidos na Nota Explicativa nº 13.2 onde os contratos de arrendamentos na data-base anterior a 1º de janeiro de 2021 são apresentados pelo saldo remanescente do contrato naquela data.

4.6. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Grupo.

4.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, variação monetária e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

4.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando aplicável, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle do Grupo e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado caso o valor seja considerado material. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Companhia.

4.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento nas demonstrações contábeis.

4.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. O Grupo e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

4.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

4.13. Reconhecimento de receita

O Grupo adotou o CPC 47, Receita de Contratos com Clientes, e todas as alterações relacionadas ("CPC 47"), o Grupo avalia as obrigações prometidas em seus contratos com clientes e identifica uma obrigação de desempenho para cada promessa de transferência de bens ou serviços. Para identificar as obrigações de desempenho, o Grupo considera todas as promessas contratuais, expressas ou implícitas, com base nas práticas comerciais habituais. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes, o que pode ocorrer ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A receita é mensurada por um valor que reflete o retorno ao qual se espera ter direito e é baseada em um modelo detalhado de cinco etapas a seguir: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações e desempenho; **(iii)** determinação do preço da operação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e **(v)** reconhecimento da receita.

4.14. Reconhecimento de custos e despesas

Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando incorridos. Receitas, custos, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos respectivos impostos.

4.15. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

4.16. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras (substancialmente dólar) na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

4.17. Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

5. Estimativas e premissas financeiras significativas

Na aplicação das práticas financeiras, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas financeiras são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas financeiras:

5.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

5.2. Perdas esperadas sobre contas a receber

As perdas esperadas são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada.

A Companhia estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

5.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

5.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

6. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas a seguir. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira do Grupo foram os seguintes:

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de Material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; e
- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios.

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à estrutura conceitual (alterações à IFRS 3);
- Produtos antes do uso pretendido (alterações à IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações à IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); e
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Banco conta movimento	-	145
Aplicações financeiras (i)	50.005	29.804
Total	50.005	29.949

(i) O saldo compreende os depósitos em conta corrente e de aplicações financeiras disponíveis para uso imediato, em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras têm sua rentabilidade média sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23.3.

8. Clientes a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação das usinas fotovoltaicas e estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes nacionais	4.882	2.433
Clientes a faturar (i)	822	-
Total	5.704	2.433

(i) O saldo de contas a receber de serviços a faturar reflete os serviços já prestados, medidos por meio de controle de ordem de serviços na plataforma de operações, e que serão, em período subsequente, regularmente faturados.

A composição do saldo com base nos vencimentos é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	5.704	2.433
Vencidas		
01 a 90 dias	-	-
91 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	-
Total	5.704	2.433

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há saldos referentes à AVP sobre as contas a receber de clientes, pois não possui nenhum saldo a receber acima de seis meses e, adicionalmente, não há provisão para perdas esperadas pelo fato de não haver saldos vencidos.

9. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo de IRPJ	793	238
Saldo negativo de CSLL	110	-
IRRF a recuperar	551	-
PIS a recuperar (i)	1.803	1.605
Cofins a recuperar (i)	7.929	7.401
Impostos pagos a maior	22	-
Outros	31	148
Total	11.239	9.392

(i) PIS e a Cofins a recuperar são oriundos das aquisições de ativos imobilizados relacionados as Usinas de Energia Solar, quando a usina entra em operação, o crédito de PIS e Cofins é diretamente lançado para o imposto a recuperar e o Grupo faz a utilização de acordo com o débito gerado.

10. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão e IOF a apropriar (i)	4.018	3.863
Seguros	18	210
Software	55	-
Total	4.091	4.073
Circulante	3.558	2.733
Não circulante	533	1.340

(i) Valores correspondentes aos gastos com comissão e IOF na emissão de cédula de crédito bancário, os quais serão apropriados ao resultado até seu vencimento.

11. Adiantamento a fornecedores

Saldo composto por adiantamentos feitos aos parceiros que fornecem bens e serviços necessários para a construção das usinas geradoras de energia solar.

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	3.359	1.362
Total	3.359	1.362

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas nacionais se referem a movimentações financeiras entre as companhias para o pagamento das despesas operacionais, já nos casos de transações com o exterior estas se dão para o financiamento e desenvolvimento dos projetos das usinas fotovoltaicas com prazo médio de liquidação em até 24 meses.

12.1. Remuneração de diretores e administradores

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, uma vez que o Grupo faz parte da Faro Energy Renováveis Participações S.A., na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos.

12.2. Transações e saldos

As principais transações de partes relacionadas referem-se a mútuos entre as empresas do Grupo e suas controladas no qual tem características de transações de conta-corrente entre as empresas. Tais contratos e/ou acordos possuem vencimentos em 2 anos em média e são reajustados com base na taxa de 100% da variação acumulada DI, mais juros de 3,7% a.a.

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Faro Energy Desenvolvimento	327	39
Ilha do Mel	-	12.732
Ilha das Palmas	-	6.779
Santa Cruz	-	695
Morro Branco	-	209
Ponta do Mato	-	269
Olinda	-	15.113
Bom Abrigo	-	685
Praia do Futuro	-	15.813
Faro Paranoá	-	501
Ponta Alegre	-	3
Total	327	52.838
Circulante	327	-
Não circulante	-	52.838

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Faro Energy Desenvolvimento	50	-
Faro Energy - FIP	-	86.261
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	155.936	-
Total	155.986	86.261
Passivo circulante	50	86.261
Passivo não circulante	155.936	-

12.3. Movimentação dos saldos

	Ativo						Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Conversão em capital	Juros	Pagamento	Transferência	
Faro Energy Desenvolvimento	39	279	-	9	-	-	327
Ilha das Palmas	12.732	8.570	-	306	-	(21.608)	-
Santa Cruz	6.779	2.000	-	39	-	(8.818)	-
Morro Branco	695	-	-	5	(100)	(600)	-
Ponta do Mato	209	2.100	-	9	-	(2.318)	-
Olinda	269	1.500	-	6	-	(1.775)	-
Bom Abrigo	15.113	1.090	-	266	-	(16.469)	-
Praia do Futuro	685	1.820	-	10	-	(2.515)	-
Faro Paranoá	15.813	-	-	271	-	(16.084)	-
Itaqui	501	-	-	2	(100)	(403)	-
Colares	-	2.851	-	5	-	(2.856)	-
Capitania	-	3.825	-	6	-	(3.831)	-
Ponta Alegre	-	7.944	-	37	(400)	(7.581)	-
Faro Desenvolvimento	3	3	-	-	-	(6)	-
Total	52.838	31.982	-	971	(600)	(84.864)	327

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Conversão em capital	Juros	Pagamento	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Faro Energy Desenvolvimento	33	-	-	6	-	-	39
Ilha das Palmas	-	12.650	-	82	-	-	12.732
Santa Cruz	-	6.140	575	64	-	-	6.779
Morro Branco	-	200	489	6	-	-	695
Ponta do Mato	-	80	127	2	-	-	209
Olinda	-	139	127	3	-	-	269
Bom Abrigo	-	12.941	2.059	113	-	-	15.113
Praia do Futuro	-	680	-	5	-	-	685
Faro Paranoá	-	5.971	9.750	92	-	-	15.813
Itaqui	-	500	-	1	-	-	501
Faro Desenvolvimento	-	3	-	-	-	-	3
Total	33	39.304	13.127	374	-	-	52.838

Passivo

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros	Pagamento	Transferência	Aquisição de investimento	Cessão de mútuo	Saldo em 31/12/2022
Faro Energy Desenvolvimento	-	50	-	-	-	-	-	50
Faro Energy - FIP	86.261	64.207	2.545	(4.036)	(60.847)	18.632	(106.762)	-
Faro Energy Renováveis Participações S.A.	-	143.812	-	-	-	-	12.124	155.936
Total	86.261	208.069	2.545	(4.036)	(60.847)	18.632	(94.638)	155.986

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Pagamento	Transferência	Aquisição de investimento	Cessão de mútuo	Saldo em 31/12/2022
Faro Energy Desenvolvimento	135	-	-	(135)	-	-	-	-
Faro Energy - FIP	104.792	81.587	9.040	(106.852)	-	(2.306)	-	86.261
Total	104.927	81.587	9.040	(106.987)	-	(2.306)	-	86.261

13. Direito de uso

13.1. Composição e movimentação do ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	27.555	7.985
Amortização acumulada	(1.072)	(281)
Total	26.483	7.704

A movimentação do ativo de arrendamento mercantil do Grupo no exercício de 2022 está detalhada a seguir:

Descrição	Taxa	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
Holdco I					
Alto Pajeú I, II	8,00%	811	-	(30)	781
Cabo Branco II e III	8,00%	228	-	(8)	220
Canabrava	8,00%	374	-	(15)	359
Monte Alto I, II, III	8,00%	1.321	-	(50)	1.271
Oiticica	8,00%	321	-	(13)	308
Pedra do Sal I	8,00%	255	-	(9)	246
Pedra do Sal II	8,00%	250	-	(10)	240
Ponta da Pedra I	8,00%	286	-	(10)	276
Ponta da Pedra II	8,00%	282	-	(10)	272
Ponta do Céu I e V	8,00%	788	-	(28)	760
Ponta do Céu VI e VII	8,00%	1.105	-	(39)	1.066
Ponta do Céu VIII (i)	8,00%	263	-	(9)	254
Ponta do Céu III	8,00%	527	-	(19)	508
Riacho Fundo I, II, III	8,00%	644	-	(23)	621
Rio do Fogo I	8,00%	249	-	(9)	240
Total		7.704	-	(282)	7.422
Holdco II					
Ilha do Mel VII e VIII	8,00%	-	556	(18)	538
Ilha do Mel III	8,00%	-	343	(11)	332
Ilha do Mel X	8,00%	-	652	(9)	643
Ilha do Mel IV, V e VI	8,00%	-	2.015	(30)	1.985
Ilha do Mel IX	8,00%	-	331	(11)	320
Pedra do Sal II, III e IV	8,00%	-	825	(28)	797
Jaíba	8,00%	-	446	(16)	430
Janaúba	8,00%	-	591	(22)	569
Morro Branco I, II e III	8,00%	-	485	(17)	468
Olinda I	8,00%	-	494	(6)	488
Olinda I	8,00%	-	346	(10)	336
Ponta Alegre III, IV	8,00%	-	527	(13)	514
Ponta Alegre I, II	8,00%	-	1.425	(20)	1.405
Ponta do Mato III	8,00%	-	439	(15)	424
Ponta do Mato I	8,00%	-	381	(12)	369
Ponta do Mato II	8,00%	-	390	(14)	376
Rio do Fogo II	8,00%	-	217	(8)	209
Cabo Frio III, IV	8,00%	-	1.294	(46)	1.248
Cabo Frio VIII, IX	8,00%	-	664	(10)	654
Cabo Frio XII	8,00%	-	443	(7)	436
Cabo Frio X	8,00%	-	1.962	(39)	1.923
Praia Grande I e II	8,00%	-	454	(7)	447

Descrição	Taxa	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
Praia Grande VI, VII	8,00%	-	426	(7)	419
Total		-	15.706	(376)	15.330
Holdco III					
Ponta do Mato IV	8,00%	-	438	(15)	423
Rio do Fogo III	8,00%	-	207	(6)	201
Bom Abrigo II	8,00%	-	754	(28)	726
Ponta do Céu IX	8,00%	-	253	(8)	245
Ilha das Palmas X, XI, XII, XIII	8,00%	-	2213	(77)	2.136
Total		-	3.865	(134)	3.731
Total		7.704	19.571	(792)	26.483

- (i) Em 2022, foi adicionado ao saldo de imobilizado o montante de R\$ 9 referente à amortização do contrato de arrendamento do projeto em construção Ponta do Céu VIII.

Descrição	Taxa	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
Holdco I					
Alto Pajeú I, II	8,00%	-	841	(30)	811
Cabo Branco II e III	8,00%	-	236	(8)	228
Canabrava	8,00%	-	389	(15)	374
Monte Alto I, II, III	8,00%	-	1.371	(50)	1.321
Oiticica	8,00%	-	334	(13)	321
Pedra do Sal I	8,00%	-	273	(18)	255
Pedra do Sal II	8,00%	-	250	-	250
Ponta da Pedra I	8,00%	-	296	(10)	286
Ponta da Pedra II	8,00%	-	292	(10)	282
Ponta do Céu I e V	8,00%	-	816	(28)	788
Ponta do Céu VI e VII	8,00%	-	1.144	(39)	1.105
Ponta do Céu VIII	8,00%	-	272	(9)	263
Ponta do Céu III	8,00%	-	545	(18)	527
Riacho Fundo I, II, III	8,00%	-	668	(24)	644
Rio do Fogo I	8,00%	-	258	(9)	249
Total		-	7.985	(281)	7.704
Total		-	7.985	(281)	7.704

13.2. Composição e movimentação do passivo

Contrato	Valor contratual	Data da adoção	Juros a.a.	Data final	31/12/2022
Holdco I					
Alto Pajeú I, II	2.015	Jan./21	8,00%	Abr./49	830
Cabo Branco II e III	555	Jan./21	8,00%	Ago./49	227
Canabrava	876	Jan./21	8,00%	Jul./47	378
Monte Alto I, II, III	3.193	Jan./21	8,00%	Jun./48	1.343
Oiticica	754	Jan./21	8,00%	Jul./47	325
Pedra do Sal I	672	Jan./21	8,00%	Jun./49	276
Pedra do Sal II	44	Jan./21	8,00%	Set./49	249
Ponta da Pedra I	721	Jan./21	8,00%	Jul./49	295
Ponta da Pedra II	715	Jan./21	8,00%	Nov./49	291
Ponta do Céu I e V	2.024	Jan./21	8,00%	Abr./50	815
Ponta do Céu VI e VII	2.830	Jan./21	8,00%	Abr./50	1.137
Ponta do Céu VIII	626	Jan./21	8,00%	Abr./50	251
Ponta do Céu III	1.352	Jan./21	8,00%	Jun./50	542
Riacho Fundo I, II, III	1.634	Jan./21	8,00%	Set./48	684
Rio do Fogo I	632	Jan./21	8,00%	Nov./49	257
Total					7.900
Holdco II					
Ilha do Mel VII e VIII	1.365	Fev./22	8,00%	Jul./50	543
Ilha do Mel III	849	Fev./22	8,00%	Jul./50	339
Ilha do Mel X	1.640	Ago./22	8,00%	Ago./51	649
Ilha do Mel IV, V e VI	4.940	Ago./22	8,00%	Jul./50	2.015
Ilha do Mel IX	821	Fev./22	8,00%	Jul./50	328
Pedra do Sal II, III e IV	2.133	Jan./22	8,00%	Jun./51	842
Jaíba	1.082	Jan./22	8,00%	Jul./49	443
Janaúba	1.425	Jan./22	8,00%	Abr./49	587
Morro Branco I, II e III	1.204	Jan./22	8,00%	Nov./49	494
Olinda I	1.224	Set./22	8,00%	Fev./51	493
Olinda I	867	Mar./22	8,00%	Jan./51	344
Ponta Alegre III, IV	1.160	Jun./22	8,00%	Mai./46	523
Ponta Alegre I, II	3.593	Ago./22	8,00%	Jul./51	1.432
Ponta do Mato III	1.098	Mai./22	8,00%	Nov./50	434
Ponta do Mato I	952	Jun./22	8,00%	Nov./50	378
Ponta do Mato II	963	Jan./22	8,00%	Nov./50	378
Rio do Fogo II	518	Jan./22	8,00%	Nov./49	207
Cabo Frio III, IV	3.214	Jan./22	8,00%	Mar./50	1.301
Cabo Frio VIII, IX	1.614	Ago./22	8,00%	Abr./50	661
Cabo Frio XII	1.070	Ago./22	8,00%	Jan./50	441
Cabo Frio X	4.269	Ago./22	8,00%	Out./45	1.984
Praia Grande I e II	1.074	Ago./22	8,00%	Mar./49	452
Praia Grande VI, VII	1.018	Ago./22	8,00%	Ago./49	428
Total					15.696
Holdco III					
Ponta do Mato IV	1.098	Fev./22	8,00%	Nov./50	434
Rio do Fogo III	504	Fev./22	8,00%	Nov./49	207
Bom Abrigo II	1.788	Ago./22	8,00%	Jul./48	753
Ponta do Céu IX	623	Ago./22	8,00%	Abr./50	251
Ilha das Palmas X, XI, XII, XIII	5.640	Fev./22	8,00%	Set./50	2.276
Total					3.921
Total					27.517
Circulante					324
Não circulante					27.193

A movimentação e cronograma de vencimento do passivo de arrendamento mercantil do Grupo no exercício de 2022 está detalhada a seguir:

Contrato	31/12/2021	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2022
Holdco I					
Alto Pajeú I, II	836	-	(70)	64	830
Cabo Branco II e III	229	-	(19)	18	228
Canabrava	381	-	(32)	29	378
Monte Alto I, II, III	1.354	-	(114)	106	1.346
Oiticica	328	-	(28)	25	325
Pedra do Sal I	278	-	(23)	21	276
Pedra do Sal II	250	-	(21)	19	248
Ponta da Pedra I	297	-	(25)	23	295
Ponta da Pedra II	293	-	(24)	23	292
Ponta do Céu I e V	816	-	(64)	63	815
Ponta do Céu VI e VII	1.145	-	(96)	88	1.137
Ponta do Céu VIII	253	-	(23)	19	249
Ponta do Céu III	545	-	(45)	42	542
Riacho Fundo I, II, III	688	-	(57)	53	684
Rio do Fogo I	259	-	(24)	20	255
Total	7.952	-	(665)	613	7.900
Holdco II					
Ilha do Mel VII e VIII	-	554	(49)	38	543
Ilha do Mel III	-	343	(27)	24	340
Ilha do Mel X	-	652	(23)	21	650
Ilha do Mel IV, V e VI	-	2.015	(65)	65	2.015
Ilha do Mel IX	-	331	(26)	23	328
Pedra do Sal II, III e IV	-	825	(47)	65	843
Jaíba	-	446	(37)	34	443
Janaúba	-	591	(49)	46	588
Morro Branco I, II e III	-	485	(29)	38	494
Olinda I	-	494	(14)	13	493
Olinda I	-	346	(24)	22	344
Ponta Alegre III, IV	-	527	(28)	24	523
Ponta Alegre I, II	-	1.425	(39)	46	1.432
Ponta do Mato III	-	439	(38)	34	435
Ponta do Mato I	-	381	(31)	27	377
Ponta do Mato II	-	390	(42)	26	374
Rio do Fogo II	-	217	(26)	16	207
Cabo Frio III, IV	-	1.294	(93)	101	1.302
Cabo Frio VIII, IX	-	664	(24)	21	661
Cabo Frio XII	-	443	(16)	14	441
Cabo Frio X	-	1.962	(41)	60	1.981
Praia Grande I e II	-	454	(16)	15	453
Praia Grande VI, VII	-	430	(15)	14	429
Total	-	15.708	(799)	787	15.696
Holdco III					
Ponta do Mato IV	-	439	(38)	34	435
Rio do Fogo III	-	208	(13)	12	207
Bom Abrigo II	-	754	(58)	57	753
Ponta do Céu IX	-	253	(20)	18	251
Ilha das Palmas X, XI, XII, XIII	-	2.213	(111)	173	2.275
Total	-	3.867	(240)	294	3.921
Total	7.952	19.575	(1.704)	1.694	27.517

Contrato	31/12/2020	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2021
Holdco I					
Alto Pajeú I, II	-	841	(70)	65	836
Cabo Branco II e III	-	236	(25)	18	229
Canabrava	-	389	(38)	30	381
Monte Alto I, II, III	-	1.371	(122)	105	1.354
Oiticica	-	334	(32)	26	328
Pedra do Sal I	-	273	(36)	41	278
Pedra do Sal II	-	250	-	-	250
Ponta da Pedra I	-	296	(22)	23	297
Ponta da Pedra II	-	292	(22)	23	293
Ponta do Céu I e V	-	816	(63)	63	816
Ponta do Céu VI e VII	-	1.144	(87)	88	1.145
Ponta do Céu VIII	-	272	(39)	20	253
Ponta do Céu III	-	545	(42)	42	545
Riacho Fundo I, II, III	-	668	(33)	53	688
Rio do Fogo I	-	258	(19)	20	259
Total	-	7.985	(650)	617	7.952
Total	-	7.985	(650)	617	7.952

Vencimento	Holdco I	Holdco II	Holdco III	31/12/2022
Até 01 ano	96	185	43	324
Acima de 01 a 03 anos	214	432	99	745
Acima de 03 a 05 anos	251	487	115	853
Acima de 05 anos	7.339	14.592	3.664	25.595
Total	7.900	15.696	3.921	27.517

14. Imobilizado

Os valores de custo, depreciação acumulada e as taxas médias anuais de depreciação dos bens do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Saldo líquido em 2022	Saldo líquido em 2021
Holdco I					
Alto do Pajeú	10,00%	16.158	(3.004)	13.154	14.765
Cabo Branco	10,00%	9.853	(2.259)	7.594	8.537
Monte Alto	10,00%	23.115	(5.224)	17.891	20.199
Pedra do Sal	10,00%	4.564	(1.062)	3.502	3.958
Ponta da Pedra	10,00%	9.325	(1.252)	8.073	8.198
Ponta do Céu	10,00%	26.008	(3.128)	22.880	25.023
Projeto Canabrava	10,00%	8.307	(1.696)	6.611	7.442
Oiticica	10,00%	3.427	(573)	2.854	3.198
Rio do Fogo	10,00%	3.757	(682)	3.075	3.433
Riacho Fundo	10,00%	13.385	(1.705)	11.680	13.068
Total		117.899	(20.585)	97.314	107.821
Holdco II					
Santa Cruz	10,00%	10.043	(164)	9.879	-
Ilha do Mel	10,00%	2.416	-	2.416	-
Faro Itaquí	10,00%	10.402	-	10.402	-

Descrição	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Saldo líquido em 2022	Saldo líquido em 2021
Ponta Alegre	10,00%	4.973	-	4.973	-
Morro Branco	10,00%	2.630	-	2.630	-
Faro Olinda	10,00%	5.340	-	5.340	-
Praia do Futuro	10,00%	4.520	-	4.520	-
Ponta do Mato	10,00%	11.366	-	11.366	-
MGII	10,00%	19.414	(5.337)	14.077	-
MGIII	10,00%	19.938	(4.475)	15.463	-
Cabo Frio	10,00%	646	-	646	-
Praia Grande	10,00%	469	-	469	-
Construção em andamento		49.281	-	49.281	13.392
Total		141.438	(9.976)	131.462	13.392
Holdco III					
Bom Abrigo	10,00%	17.217	-	17.217	-
Capitania	10,00%	4.084	-	4.084	-
Colares	10,00%	3.377	-	3.377	-
Ilha das Palmas	10,00%	20.543	(77)	20.466	-
Paranoá	10,00%	15.437	-	15.437	-
Total		60.658	(77)	60.581	-
Total		319.995	(30.638)	289.357	121.213

As movimentações do ativo imobilizado do Grupo estão detalhadas a seguir:

Descrição	Taxa	Saldo líquido em 2021	Adições participação			(-) Depreciação	Saldo líquido em 2022
			societária	Adições	Baixas		
Holdco I							
Alto do Pajeú	10,00%	14.765	-	5	-	(1.616)	13.154
Cabo Branco	10,00%	8.537	-	40	-	(983)	7.594
Monte Alto	10,00%	20.199	-	3	-	(2.311)	17.891
Pedra do Sal	10,00%	3.958	-	-	-	(456)	3.502
Ponta da Pedra	10,00%	8.198	-	770	-	(895)	8.073
Ponta do Céu ⁽ⁱ⁾	10,00%	25.023	-	569	(478)	(2.233)	22.881
Projeto Canabrava	10,00%	7.442	-	-	-	(831)	6.611
Oiticica	10,00%	3.198	-	-	-	(344)	2.854
Rio do Fogo	10,00%	3.433	-	72	(55)	(375)	3.075
Riacho Fundo	10,00%	13.068	-	-	-	(1.389)	11.679
Total		107.821	-	1.459	(533)	(11.433)	97.314
Holdco II							
Santa Cruz	10,00%	-	9.854	277	(84)	(169)	9.878
Ilha do Mel	10,00%	-	396	2.023	(3)	-	2.416
Faro Itaqui	10,00%	-	324	10.082	(3)	-	10.403
Ponta Alegre	10,00%	-	51	4.925	(3)	-	4.973
Morro Branco	10,00%	-	645	1.987	(3)	-	2.629
Faro Olinda	10,00%	-	939	4.401	-	-	5.340
Praia do Futuro	10,00%	-	708	3.812	-	-	4.520
Ponta do Mato	10,00%	-	563	10.806	(3)	-	11.366
MGII	10,00%	-	14.879	7	-	(809)	14.077
MGIII	10,00%	-	16.237	57	-	(831)	15.463
Cabo Frio	10,00%	-	479	167	-	-	646

Descrição	Taxa	Saldo líquido em 2021	Adições				Saldo líquido em 2022
			participação societária	Adições	Baixas (-)	Depreciação	
Praia Grande	10,00%	-	359	112	(1)	-	470
Construção em andamento		13.392	10.216	25.673	-	-	49.281
Total		13.392	55.650	64.329	(100)	(1.809)	131.462
Holdco III							
Bom Abrigo	10,00%	-	16.058	1.159	-	-	17.217
Capitania	10,00%	-	21	4.063	-	-	4.084
Colares	10,00%	-	559	2.818	-	-	3.377
Ilha das Palmas	10,00%	-	21.217	(674)	-	(77)	20.466
Paranoá	10,00%	-	14.773	758	(94)	-	15.437
Total		-	52.628	8.124	(94)	(77)	60.581
Total		121.213	108.278	73.912	(727)	(13.319)	289.357

Descrição	Taxa	Saldo líquido em 2020	Adições				Saldo líquido em 2021
			participação societária	Adições	Baixas (-)	Depreciação	
Holdco I							
Alto do Pajeú	10,00%	1.830	-	14.307	-	(1.372)	14.765
Cabo Branco	10,00%	9.044	-	454	-	(961)	8.537
Monte Alto	10,00%	21.853	-	637	-	(2.291)	20.199
Pedra do Sal	10,00%	4.425	-	4.564	(4.578)	(453)	3.958
Ponta da Pedra	10,00%	746	-	7.809	-	(357)	8.198
Ponta do Céu	10,00%	1.849	-	23.901	-	(727)	25.023
Projeto Canabrava	10,00%	3.981	-	4.222	-	(761)	7.442
Oiticica	10,00%	292	-	3.135	-	(229)	3.198
Rio do Fogo	10,00%	1.051	-	2.690	-	(308)	3.433
Riacho Fundo	10,00%	1.598	-	12.280	-	(810)	13.068
Total		46.669	-	73.999	(4.578)	(8.269)	107.821
Holdco II							
Construção em andamento		-	-	13.392	-	-	13.392
Total		-	-	13.392	-	-	13.392
Total		46.669	-	87.391	(4.578)	(8.269)	121.213

15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto e prazos de amortização são os seguintes:

	% - Taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021
CCB Santander (Nota Explicativa nº 16.2)	CDI + 3.7% a.a.	111.239	111.097
BTG Pactual L S.A. (Nota Explicativa nº 16.3)	CDI + 3.8% a.a.	61.152	-
Total		172.391	111.097
Circulante		111.239	-
Não circulante		61.152	111.097

15.1. Movimentação dos empréstimos

Descrição	CCB Santander	BTG Pactual L S.A.	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Ingressos de empréstimo	105.800	-	105.800
Atualização monetária	5.297	-	5.297
Saldo em 31/12/2021	111.097	-	111.097
Aportes	-	60.000	60.000
Juros provisionados	17.006	1.152	18.158
Juros pagos	(16.864)	-	(16.864)
Saldo em 31/12/2022	111.239	61.152	172.391

15.2. CCB Santander

Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$ 105.800 contratada em maio de 2021 com vencimento previsto para junho de 2023 e que foi contraída com finalidade de investimento em novos projetos de usinas fotovoltaicas. Os juros remuneratórios são de 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de spread ou sobretaxa de 3,70% ao ano e a liquidação ocorrerá em parcela única em 2023. A Companhia ofereceu como garantias as participações da Faro Energy FIP além de avais e direitos creditórios e não há cláusulas restritivas (*covenants*).

15.3. Empréstimo com BTG Pactual

O Grupo, por meio da Holdco II, em 28 de outubro de 2022 captou junto à instituição financeira BTG Pactual S.A. o montante de R\$ 60.000, recursos estes que serão destinados exclusivamente para o desenvolvimento e financiamento da construção e implantação dos empreendimentos. Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os juros remuneratórios são de 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de spread ou sobretaxa de 3,80% ao ano e o vencimento da operação será em 29 de abril de 2024, e possui como garantia cessão fiduciária em garantia de investimentos, cessão dos direitos creditórios, alienação das máquinas e equipamentos e alienação das ações Companhia.

15.4. Cláusulas contratuais de vencimentos antecipados (“*covenants*”)

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo se encontrava adimplente com todos os compromissos assumidos e não possui cláusulas de vencimentos antecipados (“*covenants*”) contratuais.

16. Contingências

O Grupo possui processos de natureza cível e trabalhista classificados como risco possível pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$ 4.461.840,15 e R\$ 440.319,84, respectivamente.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito do Grupo, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 108.758 (cento e oito milhões, setecentos e cinquenta e oito reais), divididos em:

- 23.175.761 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, sendo que desse montante, 23.075.761 ações no valor de R\$ 23.076 totalmente integralizadas, e 100.000 ações no valor R\$ 100 não integralizado; e
- 85.581.752 quotas com valor unitário de R\$1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas pelo valor de R\$ 85.582.

A composição do capital está demonstrada a seguir:

	HoldCo I			HoldCo II		HoldCo III		Combinado capital	
	Ações	Capital		Quotas	Capital subscrito	Quotas	Capital subscrito	Combinado capital	
		Subscrito	A integralizar					Subscrito	A integralizar
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23.175.761	23.176	(100)	13.126.752	13.127	-	-	36.303	(100)
Aumento de capital social HoldCo II	-	-	-	72.454.000	72.454	-	-	72.454	-
Constituição em HoldCo III	-	-	-	-	-	1.000	1	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.175.761	23.176	(100)	85.580.752	85.581	1.000	1	108.758	(100)

17.2. Reserva legal

Para as empresas regidas pelos termos das Lei das Sociedades por ações (Lei n.º 6.404/76) é constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

O Grupo não apurou lucro nos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dessa forma, não há destinação de reservas a serem constituídos.

17.3. Política de dividendos

O Estatuto Social do Grupo prevê, após a destinação de 5% para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dessa forma, não há dividendos mínimos a serem constituídos.

17.4. Prejuízo líquido por ação

O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício e conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação, a Sociedade apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022:

Exercício findo em 31 de dezembro de:	Quantidade total de ações	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido por ação (R\$)
2022	107.411	(14.684)	(7,3149)
2021	29.451	(10.701)	(2,7522)

O Grupo não possui potenciais ações dilutivas, portanto, o lucro líquido diluído por ação é igual ao lucro líquido (prejuízo) básico por ação.

18. Receita líquida

A principal fonte de receita do Grupo decorre da operação de locação de usina solar conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Receita de locação de equipamentos	29.800	17.831
Receita de sublocação de equipamentos	52	-
Receitas de O&M	3.470	-
Total	33.322	17.831
Deduções à receita bruta:		
(-) PIS	(550)	(294)
(-) Cofins	(2.532)	(1.355)
(-) ISS	(165)	(38)
Total	(3.247)	(1.687)
Receita operacional líquida	30.075	16.144

19. Custos dos serviços e produtos vendidos

Os custos referentes à locação das usinas solares são assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciações	(13.317)	(8.269)
Serviços de O&M	(4.685)	(1.234)
Depreciação de arrendamento	(385)	(281)
Manutenção e reparos de equipamentos	(1)	-
Segurança e vigilância	(9)	-
Seguros gerais	(49)	-
Energia elétrica	(1)	(33)
Internet	(31)	-
Software	(33)	-
Arrendamento de terras	47	-
Outros	(592)	(330)
Total	(19.056)	(10.147)

20. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas alocadas são assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços tomados de terceiros	(1.247)	(1.325)
Viagens e estadias	(457)	(327)
Comissões pagas a pessoas jurídicas	-	(843)
Outros	(86)	-
Impressos e serviços gráficos	-	(3)
Software	(32)	(1)
Societário	(92)	-
Despesas diversas	(20)	-
Total	(1.934)	(2.499)

21. Receitas e (despesas) financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3.118	1.061
(-) PIS sobre receita financeira	(150)	(8)
(-) Cofins sobre receita financeira	(918)	(50)
Juros Ativos	918	368
Atualização Selic	42	-
Variação cambial ativa realizada	-	51
Total	3.010	1.422
Despesas financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos	(24.692)	(14.336)
Comissão sobre empréstimo	(989)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	(224)	(617)
Despesas bancárias	(40)	(14)
Descontos concedidos	47	-
Juros passivos	(74)	(4)
Total	(25.972)	(14.971)
Resultado financeiro, líquido	(22.962)	(13.549)

22. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.243)	(10.613)
Alíquotas nominais	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	4.843	3.608
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:		
Impostos diferidos não contabilizados sobre prejuízo fiscal	(5.284)	(3.696)
Imposto de renda e contribuição social apurados	(441)	(88)
IRPJ e CSLL correntes	(441)	(88)
Total	(441)	(88)
Alíquota efetiva	-3%	-1%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo possuía prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social que totalizam R\$83.845 e R\$23.060, respectivamente, incluindo a parcela cujos efeitos tributários não foram reconhecidos em virtude do histórico de rentabilidade.

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. O Grupo não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis, estão demonstrados a seguir:

	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	50.005	29.949
Despesas antecipadas	Custo amortizado	4.091	4.073
Partes relacionadas	Custo amortizado	327	39
Passivos financeiros:			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	172.391	182.062
Fornecedores	Custo amortizado	3.095	2.277
Arrendamentos	Custo amortizado	27.517	7.952
Outras contas a pagar	Custo amortizado	45	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	155.986	15.296

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 para os instrumentos financeiros do Grupo de “Custo Amortizado”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

23.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações do Grupo e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

- a) **Risco de crédito:** o Grupo restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;
- b) **Riscos de liquidez:** risco de o Grupo não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria; e
- c) **Risco de taxa de juros (risco de mercado):** decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

31/12/2022

Instrumentos de taxa variável	
Ativos financeiros:	
Aplicações financeiras	50.005
Total	50.005

23.3. Sensibilidade a taxas de juros

O Grupo realizou a análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2022	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	50.005	Variação do CDI	13,65%	6.826	8.533	10.239	5.120	3.413
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	172.391	Variação do CDI	13,65%	23.531	29.414	35.297	17.648	11.766

24. Informação por segmento

Em 31 dezembro de 2022, a Administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) 482/2012. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida da locação das usinas fotovoltaicas.

25. Cobertura de seguros

O Grupo mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros.

Seguradora	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Sompo Seguros	Risco material	162.281	17/02/2023
Sompo Seguros	Lucros Cessantes	18.348	17/02/2023

26. Eventos subsequentes

26.1. Inauguração de usinas

Desde 31 de dezembro de 2022, foram inauguradas as seguintes Usinas Solares Fotovoltaicas com geração distribuída, nos termos da Lei 14.300/2021:

SPE	UFV	UF	Cidade	Potência (MWac)
Faro Paranoá Locação e Solução em Energia Solar Ltda.	Ponta do Céu II-A	DF	Brasília	1,0
Faro Paranoá Locação e Solução em Energia Solar Ltda.	Ponta do Céu II-B	DF	Brasília	0,5
Faro Paranoá Locação e Solução em Energia Solar Ltda.	Ponta do Céu II-C	DF	Brasília	0,5
Faro Paquetá Locação e Solução em Energia Solar Ltda.	Cabo Frio X	RJ	Miguel Pereira	1,0
Cabo Frio Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Cabo Frio XII	RJ	Paraíba do Sul	1,0
Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Praia Grande I	MA	Paraibano	1,0
Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Praia Grande II	MA	Paraibano	1,0
Praia Grande Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Praia Grande VI	MA	Mirador	1,0
Faro Ponta Alegre Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ponta Alegre V	MA	Três Passos	1,0
Faro Ponta do Mato Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ponta do Mato III	MS	Cassilândia	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel IV	PR	Colorado	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel V	PR	Colorado	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel VI	PR	Colorado	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel VII	PR	Colorado	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel VIII	PR	Colorado	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel IX	PR	Colorado	1,0
Faro Ilha do Mel Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	Ilha do Mel X	PR	Cidade Gaúcha	1,0

26.2. Aquisição de novas SPE's

Em 22 de junho de 2023, o Grupo concluiu a aquisição de 100% da participação societária da Arno II locações e Engenharia Ltda. SPE, inscrita no CNPJ 34.372.172/0001-08 e da Arno IV Locações e Engenharia Ltda. SPE, inscrita no CNPJ 34.390.266/0001-00 pelo valor total de R\$ 12.000, sendo R\$ 9.062 pagos no ato, R\$ 2.315 pagos em novembro de 2023 e R\$ 623 referente a *earnout*, que poderá ser pago em 2024. Ambas são sociedades de propósito específico, sendo os únicos ativos sob sua gestão as Usinas Solares Fotovoltaicas Arno II e Arno IV. Localizadas respectivamente nas cidades de Montenegro e Rosário do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, estas usinas apresentam uma potência instalada de 1,2 MWp e 1,3 MWp.

26.3. Rolagem de dívida

Em 28 de junho de 2023, procedeu-se à renegociação com o Santander (Brasil) S/A para estender o prazo de vencimento da CCB, inicialmente firmada em 03 de maio de 2021, por um período adicional de 12 meses. Assim, o vencimento final da CCB foi ajustado para 30 de junho de 2024.

26.4. Reorganização societária

Com a finalidade de estruturar operação de financiamento de longo prazo para determinados projetos, em 29 de setembro de 2023, a Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. (“HoldCo I”) conduziu uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a incorporação da Faro Energy Projetos Solares Holding II Ltda. (“HoldCo II”) e da Faro Energy Projetos Solares Holding III Ltda. (“HoldCo III”). A operação foi aprovada, resultando no aumento do capital social da HoldCo I em R\$ 25.844.736,00, a extinção da HoldCo II e HoldCo III, e assunção de todos os direitos e obrigações dessas pela sua incorporadora, HoldCo I.

Ainda, e como efeito da estruturação para futura operação de financiamento, em 30 de setembro de 2023, foram transferidas as seguintes SPEs para a Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda. (“HoldCo IV”): **(a)** Faro Capitania Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(b)** Faro Colares Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(c)** Faro Conceição Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(d)** Faro Conchas Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(e)** Faro Mangue Seco Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(f)** Faro Olinda Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(g)** Faro Praia do Futuro Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(h)** Faro Tamandaré Locação e Solução em Energia Solar Ltda., **(i)** Faro Titan Locação e Solução em Energia Solar Ltda., e **(j)** Faro Energy Participações Ltda. Além da movimentação das SPEs, a reorganização também afetou alguns projetos que foram transferidos para outras SPEs controladas pela HoldCo IV, são eles Ponta da Pedra 1, Ponta do Céu 1, Ponta do Mato 2, Ilha das Palmas 20, Ilha das Palmas 21, Praia Grande 8.